

# Secretaria do Patrimônio da União

#### Carteira de Imóveis

Dominiais: 636,7 mil

Especiais .: 48,4 mil

Arrecadação 2017: R\$ 652 MM

Arrecadação 2016: R\$ 620 MM SPU Grandes Números Participação BGU R\$ 970 Bilhões

> Alienação 2018: R\$ 92,4 MM

Famílias Atendidas 2017: 32.304 Repasse a Municípios 2018: R\$ 90 MM

# SPU – Escopo de Atuação

1 - Identificar bens da União

**5 - Incorporar** imóveis ao Patrimônio da União

2 - Demarcar as áreas da União

**6 - Destinar/alienar** os imóveis da União

**3 - Cadastrar** os imóveis e seus ocupantes

**7 - Controlar/fiscalizar** o uso e ocupação dos imóveis da União

**4 - Avaliar** bens da União ou de seu interesse

**8 - Promover a arrecadação** devida por ocupação de áreas da União

## Bens da União - Art. 20 da CF



TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS



TERRENOS E ACRESCIDOS

DE MARGINAL DE RIO



**ILHAS** 



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE DOMÍNIO PÚBLICO



TERRAS RURAIS
ARRECADADAS E
DEMARCADAS PELO INCRA



TERRAS INDÍGENAS



COMUNIDADES TRADICIONAIS



**OUTROS BENS DA UNIÃO** 

- ADQUIRIDOS/ADJUDICADOS
- ÓRGÃOS EXTINTOS

# Que patrimônio é esse?



Praia de Copacabana (RJ)

### Bens de uso comum do povo

Praias, mar, praças, ruas, estradas, rios federais, etc. (inalienáveis)



Palácio do Planalto (DF)

## Bens de uso especial

Edifícios públicos, unidades de conservação federais, terras indígenas, etc...



Porto de Paranaguá (PR)

#### **Bens dominiais**

Terrenos de marinha e seus acrescidos, ilhas, marginais de rios federais, etc. (alienáveis)



**Principais Entregas** 

# CARACTERIZAÇÃO E INCORPORAÇÃO



# Regularização Fundiária



#### P.M.C.M.V

2016	2017	2018 (1)
14.300	7.580	7.671

# Famílias Atendidas

2

SPU participa com a cessão das áreas para implantação do Programa

Regulariz. Fundiária Direta

2016	2017	2018 (1)
14	283	68

 2016
 2017
 2018

 19.914
 32.304
 32.543

**TOTAL** 

Regularização Fundiária Indireta

5.600	23.618	19.935
2016	2017	2018 (1)

4

Povos e Comunidades Tradicionais

2016 (2)	2017	2018 (1)
0	823	4.869

(1) Janeiro a Setembro(2) Ano Eleitoral (vedações)





# Programa de Modernização

**Resultados e Impactos** 

Desburocratização dos serviços e processos

Melhoria na satisfação dos Usuários

Maior transparência e conformidade Qualificação do Balanço Geral da União

Incremento na arrecadação de Receitas Patrimoniais

Racionalização dos gastos com manutenção de Sistemas





# Contribuições

para a

Sociedade

# Contribuições para a Sociedade



Fiscalização e controle da **utilização de praias** 

Concessão de uso de áreas públicas

Autorização de Uso Sustentável



Alienação de imóveis **inservíveis** para a Administração Pública

Regularização Fundiária

Destinação de imóveis da Carteira Imobiliária



Concessão de uso **gratuito** para população de baixa renda e entidades assistenciais

Titularização de imóveis para comunidades carentes

Concessão de **Uso Especial** para fins de Moradia

# Contribuições para a Sociedade



**80% do valor arrecadado** com as taxas patrimoniais é repassado ao Tesouro Nacional, revertendo-se em **benefícios** para a população.



União **repassa 20%** (vinte por cento) dos recursos arrecadados **aos Municípios e ao Distrito Federal** (Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015).



**2018:** repassados aproximadamente **R\$ 90 milhões** para **510 municípios** onde encontram-se localizados imóveis da União (**recursos de livre utilização**).

# Contribuições para a Sociedade



**REURB-S** 

Regularização Fundiária, beneficiando cerca de **150 mil** famílias nos próximos anos.



**Projetos** 

Cessão de **áreas públicas** (espelhos d'água), para implantação de **projetos**, tais como piscicultura e carcinicultura, dentre outros, promovendo a **geração de emprego e renda** para a população.



Cessão de **áreas públicas** para instalação de portos, aeroportos, terminais ferroviários e demais projetos de infraestrutura, movimentando a **economia** do país e gerando **postos de trabalho**.

# SAFIOS LESAFIOS

Alienação de Imóveis

Identificação/Caracterização

Rentabilização da Carteira

Desafios

2019

Regularização Fundiária

Redução da Inadimplência

Modernização da Gestão



# **Medida Provisória**



**Medida Provisória** 

Nº 852, de 21 de

Setembro de 2018





# LEGSLAÇÃO PATRINONIAL

**Gestão Patrimonial** 

Transferência de imóveis do INSS para a União

Extinção do Fundo Contingente da RFFSA

MP 4 ativada Estruturação de Fundos de Investimento Imobiliário

Alienação de imóveis Alteração de condições

Motivadores

Regularização fundiária no PHNG Ajustes
Redacionais
Gestão
Patrimonial

Regularização de ocupações de entidades desportivas

# Transferência de Imóveis do FRGPS/INSS

#### **Conceito:**

⊙ O Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS, cujo responsável mantenedor é o Governo Federal, um dos motivos pelos quais o Tesouro Nacional se tornou seu credor, possui carteira imobiliária composta por aproximadamente 3.300 imóveis não operacionais.

#### **Diagnóstico:**

- Falta de expertise do INSS para administrar a carteira imobiliária, incorrendo em alto custo financeiro e operacional para fazer frente a esta atribuição, em detrimento do atendimento de suas funções essenciais;
- Restrições legais impostas à administração dos imóveis do FRGPS, possuindo amarras legais para sua administração e venda, bem como vedações para doações e/ou destinação para ocupação de outros órgãos públicos; e
- Recomendações exaradas pelo TCU sobre a dívida do FRGPS para com o Tesouro.

#### **Objetivo:**

- Viabilizar a amortização das dívidas do FRGPS para com o Tesouro Nacional, materializada pela dação em pagamento de imóveis não operacionais, possibilitando o atendimento às recomendações exaradas pelo TCU sobre a dívida do FRGPS para com o Tesouro; e
- Implementação de ações que objetivem reduzir o déficit previdenciário.

#### **Ajuste efetuado:**

 Alteração da legislação, de forma a viabilizar a transferir dos imóveis que constituem o FRGPS para o patrimônio da União, que ficarão sob a gestão da Secretaria do Patrimônio da União.

# RFFSA – Extinção do Fundo Contingente

#### **Conceito:**

• Fundo constituído, principalmente, por recebíveis em poder da RFFSA, decorrentes dos contratos de arrendamento das malhas ferroviárias no valor de até R\$ 2,4 bilhões, e pelo produto da venda dos imóveis indicados pela SPU para este fim, até o limite de R\$ 1,0 bilhão.

#### **Diagnóstico:**

- Dificuldade para integralizar os recursos no FC;
- Complexidade da situação jurídico-dominial dos imóveis; e
- Custos elevados de regularização e administração dos imóveis.

#### **Objetivo:**

- Proporcionar melhor aproveitamento dos imóveis oriundos da ex-RFFSA, rentabilizando e monetizando esse patrimônio de forma a reforçar o caixa do Tesouro; e
- Destinar os imóveis para programas habitacionais de interesse social ou a programas de infraestrutura como, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

#### **Ajuste efetuado:**

• Alterados os normativos de ordem legal, extinguindo o Fundo Contingente da ex-RFFSA e transferindo os imóveis que integravam o Fundo para a União.

# Regularização Fundiária no PHNG

#### **Conceito:**

• Alinhar as necessárias ações de regularização fundiária no Parque Histórico Nacional dos Guararapes PHNG.

#### **Diagnóstico:**

- ⊙ Os beneficiários são majoritariamente famílias de baixa renda REURB-S;
- Insegurança jurídica e contestações administrativas.

#### **Objetivo:**

- Reconhecer os direitos de permanência dos moradores, ampliando-se a segurança quanto a garantia de atendimento da população de baixa renda; e
- Dinamizar os procedimentos de regularização fundiária.

#### **Ajuste efetuado:**

• Alterada a legislação, reconhecendo os direitos de permanência dos moradores daquela comunidade, que estejam ocupando a área até a data de 30 de junho de 2018, de forma a evitar eventuais novas ocupações irregulares após essa data.

# Regularização de Entidades Desportivas

#### **Conceito:**

• Regularização das ocupações irregulares, com a concessão de desconto para pagamento pelo uso pretérito dos imóveis da União pelas entidades desportivas.

#### **Diagnóstico:**

- Insegurança jurídica decorrente do uso irregular de áreas da União;
- Existência de débitos vencidos que montam o total atualizado de R\$ 13,7 milhões, referentes a 385 imóveis;
- Riscos de prescrição e/ou decadência na cobrança dos débitos.

#### **Objetivo:**

- Aumentar a atratividade e a celeridade nos processos de regularização;
- Racionalizar recursos humanos e financeiro; e
- Ampliar as ações de regularização fundiária.

#### **Ajuste efetuado:**

Alterados normativos de ordem legal, incluindo a possibilidade de concessão de desconto de 50% no valor do pagamento pelo uso pretérito de área da União por entidades desportivas que requererem a regularização até 31/12/2019, permitindo a cessão em condições especiais de imóveis da União ocupados por entidades desportivas de quaisquer modalidades, dispensandose o procedimento licitatório.

# Contratação de Terceiros para Estruturação de FII

#### **Conceito:**

O Contratação de terceiros, via processo licitatório, ou instituições financeiras oficiais federais, mediante dispensa de licitação, objetivando a prestação de serviços de constituição, estruturação e administração de fundos de investimento.

#### **Diagnóstico:**

- O Carteira imobiliária diversificada com potencial de rentabilização; e
- Ausência de expertise no âmbito da SPU para estruturação de FIIs;

#### **Objetivo:**

- Diversificação das receitas por intermédio da constituição de FIIs;
- Melhor governança;
- Rentabilização/Monetização dos ativos; e
- Fomentar o mercado imobiliário e a cadeia produtiva dos setores a ele vinculados.

#### **Ajuste efetuado:**

• Alterada a legislação, instituindo dispositivo prevendo a possibilidade de contratação de terceiros ou instituições financeiras oficiais federais para estruturação e administração de fundos da espécie, lastreados por imóveis da União.

# Alienação de Imóveis - Alteração de Condições

#### **Conceito:**

• Aprimoramento dos requisitos/condicionantes relacionados ao processo de alienação de imóveis inservíveis à administração pública.

#### **Diagnóstico:**

- Prazo longo para manifestação do interessado (12 meses), tornando o processo demorado e oneroso, prejudicando a geração de receitas para a União;
- Necessidade de alavancar a alienação de imóveis da União.

#### **Objetivo:**

- Aumentar a celeridade nos processos de alienação;
- Racionalizar o processo de alienação, reduzindo custos e consumo de estrutura da SPU;
- Fomentar o mercado imobiliário e a cadeia produtiva dos setores a ele vinculados.

#### **Ajuste efetuado:**

Alterada a legislação, instituindo prazo de até trinta dias para o usuário apresentar manifestação de interesse em adquirir imóveis da União, e até sessenta dias para efetuar o pagamento do valor da alienação, exclusivamente para os casos de pagamento à vista, em que o proponente faz jus ao desconto de 25% previsto na legislação.

# Adequações/Ajustes - Gestão Patrimonial

- 1. Modificados os critérios para a concessão de isenção do pagamento das taxas patrimoniais, devidas em contrapartida pela utilização de imóveis da União;
- 2. Efetuados ajustes redacionais para permitir novas inscrições de ocupação, visto que a Lei 13.139/2015 alterou a data constante no caput de alguns artigos mas manteve as datas originais em parágrafos desses artigos, inviabilizando a aplicação da legislação;
- 3. Inserida a modalidade de "concorrência pública" fracassada para fins de venda direta em artigo que trata da venda de imóveis da União mediante processo licitatório;
- 4. Inclusão das instituições filantrópicas, devidamente comprovadas como entidades beneficentes de assistência social, e organizações religiosas como beneficiárias de doação de imóveis da União;
- 5. Condicionamento dos contratos de cessão à apresentação da Licença Ambiental; e
- Incluída autorização de transferência aos municípios da gestão das orlas e praias estuarinas, lacustres e fluviais federais.





**Obrigado!**